



Maiores informações pelo telefone: (62) 3270-8645 e/ou e-mail: gcg.sgg@goias.gov.br

JOAO BORGES QUEIROZ JUNIOR
Agente de Contratação | Pregoeiro

Protocolo 566227

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 284/2025 - SGG
PROCESSO Nº 202500005021109

O Estado de Goiás, por intermédio da **SGG - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento na modalidade

Pregão Eletrônico, tipo **Menor Preço do Lote**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na forma do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023. Objeto: Contratação de Renovação de Subscrição de Licenças de Software de Infraestrutura de Desktop Virtual (Virtual Desktop Infrastructure -VDI) Omnisia Horizon pelo período de 24 meses. Valor estimado da contratação: R\$1.011.843,31 (um milhão e onze mil e oitocentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos). Número da Contratação: 115277. Data e horário de início da sessão eletrônica de lances: **09:00h** (horário de Brasília-DF) do dia **01/10/2025**. Endereço eletrônico: www.sislog.go.gov.br. O fornecedor interessado em participar do certame deverá ser previamente cadastrado no sistema oficial de cadastro de fornecedores do Estado. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e preço ofertado, até a data e horário estabelecidos para início da sessão eletrônica de lances. Informações acerca do cadastro de fornecedores, Termo de Referência e demais documentos da contratação encontram-se disponíveis no site: www.sislog.go.gov.br. Maiores informações pelo telefone: **3270-8645**.

KÉLEN DE ARAÚJO E PIRES
Agente de Contratação/Pregoeira

Protocolo 566349

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 269/2025 - SGG
PROCESSO Nº 202500005016837

O Estado de Goiás, por intermédio do(a) **SGG - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço por Lote**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e na forma do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de buffet. Valor Total Estimado: R\$ 1.127.616,00 (R\$ Um Milhão e Cento e Vinte e Sete Mil e Seiscentos e Dezesesseis Reais). Número SISLOG da Contratação: 114529. Data e horário de início da sessão eletrônica de lances: **às 10 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **01/10/2025**. Endereço eletrônico: <https://sislog.go.gov.br/PanelAquisicao/DetalhesLicitacao?idLicitacao=114529>. O fornecedor interessado em participar do certame deverá ser previamente cadastrado no sistema oficial de cadastro de fornecedores do Estado. O fornecedor

interessado encaminhará, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e preço ofertado, até a data e horário estabelecidos para início da sessão eletrônica de lances. Informações acerca do cadastro de fornecedores, Termo de Referência e demais documentos da contratação encontram-se disponíveis nos sites: www.sislog.go.gov.br. Maiores informações pelo telefone: **62 3270-8645** e/ou e-mail: gcg.sgg@goias.gov.br.

AMÉLIA CRISTINA ALVES SILVA
Agente de Contratação

Protocolo 566370

Controladoria Geral do Estado - CGE

Referência: 202011867001684

Interessado: SANPERES Avaliações e Vistorias em Veículos Ltda, CNPJ: 07.978.421/0001-30

Assunto: Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF, instaurado pela Portaria nº 150/2020-CGE

EXTRATO DA DECISÃO Nº 02/2025-CGE/SSCC

1. O Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, no uso das atribuições legais previstas no art. 40 da Constituição do Estado de Goiás, no art. 10, I e V, da Lei nº 21.792/2023, em consonância com o previsto na Lei Estadual nº 17.928/2012, na Lei federal nº 8.666/1993, no art. 18 da lei estadual nº 18.672/2014, e com fundamento na Portaria nº 150/2020-CGE, no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores - PAF em sede dos autos do processo SEI nº 202011867001684, **ACOLHE** integralmente a sugestão da comissão processante constante no Relatório Final nº 1/2025 CGE/CPARF-18622 (78459314), cujos fundamentos fáticos e jurídicos passam a integrar este *decisum*, com os acréscimos consignados nos itens anteriores.

2. Dessa forma, quanto a responsabilidade administrativa da SANPERES Avaliações e Vistoria em Veículos LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.978.421/0001-30, no presente **PAF**, **DECIDO** pela aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, IV, da lei federal nº 8.666/1993, por comportamento inidôneo.

3. Em decorrência, **DETERMINO** as seguintes providências:

- publicação desta decisão no órgão oficial;
- publicar no sítio eletrônico da Controladoria-Geral do Estado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o extrato da decisão condenatória;
- intimar a acusada e seus defensores acerca do teor desta decisão;
- após o trânsito em julgado administrativo:
 - registrar a decisão e os atos dela decorrentes, inclusive no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, instituído no âmbito do Poder Executivo federal e administrado pela Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 34, da Lei Estadual nº 18.672/2014;



ABC
Agência Brasil
Central



Estado de Goiás
Imprensa Oficial do Estado de Goiás

Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz - CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás
Fones: (62) 3235-3358/ 3235-3359 WhatsApp - (62) 9 9218-9816
www.abc.go.gov.br

Diretoria

Reginaldo Alves da Nóbrega Júnior
Presidente

Mardem Matos da Costa Junior
Diretor de Telerradiodifusão, Imprensa Oficial e Site

Luiz Fernando Dibe
Diretor de Gestão Integrada

Previsto Custódio dos Santos
Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais



d.2) registro das penalidades aplicadas e descredenciamento da acusada no Cadastro de Fornecedores - CADFOR, administrado pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD.

d.3) sejam adotadas as providências necessárias à execução da penalidade;

e) encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e as providências cabíveis;

f) remessa dos autos à autoridade policial para conhecimento;

CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Goiânia - GO, aos 11 dias do mês de setembro de 2025.

MARCOS TADEU DE ANDRADE

Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado

Protocolo 566512

Referência: 202011867001684

Interessado: SANPERES Avaliações e Vistorias em Veículos Ltda, CNPJ: 07.978.421/0001-30

Assunto: Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR, instaurado pela Portaria nº 151/2020-CGE

EXTRATO DA DECISÃO Nº 02/2025-CGE/SSCC

1. O Subcontrolador do Sistema de Correição e Contas da Controladoria-Geral do Estado - CGE no uso das atribuições legais previstas no art. no art. 8º, *caput* e parágrafo único da Lei Estadual nº 18.672/2014, c/c o art. 25, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 10.391/2024, e com fundamento na Portaria 151/2020-CGE, no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR em sede dos autos do processo SEI nº 202011867001684, **ACOLHE** integralmente a sugestão da comissão processante constante no Relatório Final nº 1/2025 CGE/CPARF-18622 (78459314), cujos fundamentos fáticos e jurídicos passam a integrar este *decisum*, com os acréscimos consignados nos itens anteriores.

2.Dessa forma, quanto a responsabilidade da SANPERES Avaliações e Vistoria em Veículos LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.978.421/0001-30, **no PAR, DECIDO** pela aplicação da sanção de **multa** no valor de R\$ 4.151.852,26 (quatro milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos), e a publicação extraordinária da decisão administrativa condenatória, nos termos do art. 6º, I e II, da Lei Estadual nº 18.672/2014.

3. A referida publicação extraordinária da administrativa condenatória, na forma de extrato da decisão, deverá se dar, cumulativamente:

i) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional e estadual;

ii) por meio de afixação de edital contendo o extrato da decisão condenatória no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias;

iii) no sítio eletrônico da pessoa jurídica condenada, em local de destaque, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

iv) no sítio eletrônico da CGE, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

4. Em decorrência, **DETERMINO** as seguintes providências:

a) publicação desta decisão no órgão oficial;

b) publicar no sítio eletrônico da Controladoria-Geral do Estado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o extrato da decisão condenatória;

c) intimar a acusada e seus defensores acerca do teor desta decisão;

d) após o trânsito em julgado administrativo:

d.1) registrar a decisão e os atos dela decorrentes, inclusive no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, instituído no âmbito do Poder Executivo federal e administrado pela Controladoria-Geral da União, nos termos do art. 33, da Lei Estadual nº 18.672/2014;

d.2) sejam adotadas as providências necessárias à execução da penalidade;

e) encaminhamento dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e ao Ministério Público Estadual, para conhecimento e as providências cabíveis;

f) remessa dos autos à autoridade policial para conhecimento;

g) nos termos do art. 16, da Lei Estadual nº 18.672/2014, remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado de Goiás.

CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Goiânia - GO, aos 11 dias do mês de setembro de 2025.

BRUNO MENDES DIAS

Gestor de Finanças e Controle

Subcontrolador do Sistema de Correição e Contas

Protocolo 566514

Procuradoria Geral do Estado – PGE

ESTADO DE GOIÁS

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CONSELHO DE PROCURADORES

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 3 DE JUNHO DE 2025

Fixa o Regulamento de Estágio Probatório dos integrantes da carreira de Procurador do Estado de Goiás.

O CONSELHO DE PROCURADORES DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, na forma do art. 8º, II, da Lei Complementar estadual nº 58, de 4 de julho de 2006, e art. 2º, VI, do seu Regimento Interno (CP), e tendo em vista o que consta dos autos dos processos administrativos nº 202200003015135 e nº 202300003026902,

Considerando as deliberações do Conselho de Procuradores, conforme as Atas nº 1, da 6ª Sessão Ordinária do Conselho de Procuradores (55154723), e nº 2 (55993318), resolve:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este regulamento dispõe sobre o estágio probatório dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, conforme previsto nas Constituições Federal (art. 132, parágrafo único) e estadual (art. 119, VI), bem como na Lei Complementar de Organização da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás (LC nº 58/2006) e, subsidiariamente, no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Goiás (Lei nº 20.756/2020).

Art. 2º O Procurador do Estado, nomeado para cargo de provimento efetivo, estará sujeito ao período de estágio probatório previsto na Constituição e na legislação pertinente, contado da data de entrada em exercício, com o objetivo de apurar a satisfação dos requisitos necessários à sua confirmação no cargo.

Art. 3º A atuação do Procurador do Estado em estágio probatório será progressivamente acompanhada mediante o preenchimento de ficha de avaliação semestral de desempenho, conforme os modelos previstos no Anexo, que deverá ser encaminhada pelo respectivo avaliador à Corregedoria, nos períodos estabelecidos neste regulamento.

Parágrafo único. Após passar pelas cinco avaliações semestrais de desempenho, o Procurador do Estado em estágio probatório será submetido à avaliação final de desempenho, com base nas avaliações realizadas anteriormente e em eventuais comunicações posteriores feitas à Corregedoria.

Art. 4º A partir da data de entrada em exercício, as avaliações do Procurador do Estado em estágio probatório serão realizadas semestralmente, pelo período de 3 (três) anos.

§ 1º Na última quinzena do semestre de exercício, deverá ser encaminhada à Corregedoria a ficha completa de avaliação semestral, devidamente instruída, nos termos do art. 6º deste regulamento.

§ 2º Qualquer conduta praticada pelo Procurador do Estado em estágio probatório que induza dúvida, suspeita de irregularidade ou falha no exercício da função deverá ser comunicada imediatamente à Corregedoria, inclusive as que ocorrerem ou se tornarem conhecidas após a entrega da última avaliação semestral.